

## ESTRATÉGIA E SEGURANÇA NA ÁFRICA AUSTRAL

*Maria Cristina Fontes Lima*

*Ministra da Defesa Nacional de Cabo Verde*

A oportunidade e importância do tema proposto para esta IV Conferência Internacional – Estratégia e Segurança na África Austral – foram reafirmadas pela adesão e pelo nível dos participantes e das contribuições que aqui trouxeram.

Com efeito, a forma como, ao que sei, decorreu esta IV Conferência Internacional veio servir para confirmar o que era apenas uma presunção: profundidade de análises, abordagens inovadoras, informações diversificadas e actualizadas aliadas ao pluralismo de opiniões defendidas com brilho, contribuindo para dar uma perspectiva dos cenários que poderão conduzir à necessária elaboração do projecto de arquitectura da segurança africana, com enfoque especial, aqui, na segurança regional na África Austral.

Quero atrever-me a pensar que não estamos a falar de uma região qualquer do globo, mas sim de uma região africana com um peso particular para a segurança, estabilidade e desenvolvimento do continente africano e que tem uma importante contribuição a dar para a causa da Paz e do Desenvolvimento desta nossa aldeia global, cada vez mais interdependente mas ainda extremamente desnivelada no plano das garantias à sobrevivência e a uma vida com um mínimo de dignidade humana. É por isso que se torna de grande urgência a necessidade de se concretizar os oito grandes Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) aprovados no incontornável quadro multilateral das Nações Unidas e que, como se sabe, elegem o combate à pobreza como uma das suas bandeiras mais importantes e, simultaneamente, oferecem-nos o pretexto para aprofundar as

nossas reflexões sobre as causas e consequências da pobreza, enquanto ameaça à Segurança Humana.

Essas reflexões têm podido contar com contribuições de grande qualidade de políticos, pesquisadores e intelectuais africanos, das quais poderíamos salientar a criação e o papel da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), da União Africana, da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os incontornáveis estudos publicados, sendo de destacar as Perspectivas Económicas em África (PEA), obra conjunta do Banco Africano de Desenvolvimento e do Centro de Desenvolvimento da OCDE.

Sem contrariar a necessidade de se ter em conta a sua própria História e, sobretudo, o seu passado recente e a sua identidade, essas importantes abordagens vieram colocar África e os africanos, em especial as suas lideranças, perante novos paradigmas – e responsabilidades – que procuram articular a situação política, económica e social em África, com a governação e a globalização, buscando os novos caminhos que podem ajudar a ultrapassar o ciclo vicioso da pobreza e do subdesenvolvimento e entrar definitivamente e de forma sustentada no ciclo virtuoso do desenvolvimento.

Já em 1998, no seu importante Relatório sobre a África, o giano Kofi Anan, Secretário-Geral cessante da ONU, chamava a atenção para o facto de não se poder persistir na explicação de todas as causas da difícil situação política e social africana com recurso ao legado histórico. Mesmo que esse legado histórico e em especial certas redes de interesses que permaneceram e ou se desenvolvem nos bastidores das políticas oficiais continuem a constituir causas exógenas, não negligenciáveis, dos défices democráticos, institucionais, de crescimento económico e de desenvolvimento de muitos países africanos – é preciso dizê-lo também.

Nessa ordem de ideias, não é possível deixar de ter em conta que a concentração dos indicadores mais preocupantes ligados à

pobreza estão no continente africano e que da lista dos chamados “Estados frágeis” ou “fracos” – que alguns chegam a designar de “Estados falhados” ou mesmo “Estados colapsados” – seis dos primeiros dez são Estados africanos e que dos “Estados fracos” existentes metade são africanos.

Apesar das suas eventuais deficiências, próprias das matérias ligadas às Ciências Humanas, a seriedade dos estudos existentes acerca dos critérios de enquadramento e classificação dos Estados, de acordo com a sua prática e a sua capacidade de traduzir a governação na gestão do bem comum na base de resultados, não nos permite aceitar a acusação que considera preconceituosa tal abordagem. É antes nossa opinião de que se trata de um importante instrumento de análise que pode e deve ser utilizado pelos países africanos para combater a má governação, enquanto ameaça à segurança das populações e à estabilidade política dos Estados.

A aceitação desses estudos é hoje, como se sabe, de tal forma importante que se tornaram essenciais na afectação da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e permitiram inscrever na agenda política africana questões como a responsabilização dos governantes, a estabilidade política e a ausência de violência, a escolha e substituição dos governos, a liberdade e a independência dos meios de comunicação, a efectividade dos governos e dos serviços públicos e a capacidade da regulação, como a demonstração da capacidade de prover às necessidades básicas, bem como o funcionamento do Estado de direito e o controle da corrupção. Concordarei com os que, com compreensível impaciência ou ansiedade, constataam, entretanto, que muitas vezes tal agenda se limita a ser vazada em textos, leis ou em declarações “politicamente correctas” sem a correspondente e necessária convicção que determina a sua não concretização ao ritmo necessário e esperado por sociedades civis cada dia mais exigentes e também impacientes.

O Estado “frágil” pode assim ser considerado pela sua incapacidade em disponibilizar à comunidade “os bens políticos essenciais», neles se destacando a segurança, a justiça e o primado do Direito (*the rule of law*), e pela sua conflitualidade. A exclusão política e social de grupos de cidadãos é outra característica que normalmente acompanha esta categoria de Estados.

É minha convicção que, ao lado do VIH-SIDA e da malária – preocupantes ameaças para todo o continente africano, com incidência particular nos países da África Austral – a existência de Estados com as características próprias dos Estados que hoje se tende a designar por “frágeis” ou “falhados”, onde impera a má governação, onde a incapacidade de se poder prover às necessidades básicas das populações é total porque não chega a ser apropriada por uma vontade política, são as principais ameaças à Segurança e ao Desenvolvimento do continente africano. Constituem também tais Estados, dir-se-á a seguir, potenciais ameaças para a segurança global por se tornarem, dada a sua fragilidade institucional, presa fácil de redes de criminalidade organizada, de tráficos de todo o tipo e até de redes terroristas.

A apropriação do conceito de Segurança, essencialmente como Segurança Humana, e a sua interdependência em relação ao Desenvolvimento é ainda uma questão prévia e doutrinária que se coloca para a grande maioria dos Estados africanos.

A Fundação Luso-Americana e o Instituto Português de Relações Internacionais, organizadores desta IV Conferência Internacional, conseguiram realizar com bom êxito os objectivos propostos ou seja:

- Sublinhar a consciência crescente da nova importância estratégica de África;
- Debater a actual competição estratégica global e analisar a forma como afecta e se repercute na África Austral;

- Explorar as possibilidades de aprofundar a colaboração e articular esforços entre os aliados transatlânticos e os parceiros africanos.

Para atingir estes objectivos a IV Conferência foi estruturada em painéis animados por comunicações de elevado teor científico, integrando diversas abordagens da questão estratégica aplicada ao continente africano e particularmente à África Austral, onde não faltaram nem as indispensáveis parcerias inter-africanas e internacionais nem a dimensão africana da política mundial, com destaque particular para as relações com a União Europeia, Portugal, os Estados Unidos e a China. Os recursos estratégicos da África Austral e a questão energética mereceram também o devido destaque.

Considerada como um continente em permanente estado de conflitos, África – infelizmente não ao ritmo necessário, repito, – procura hoje, sobretudo através da NEPAD e dos organismos de integração regional, dar a devida importância às medidas de política para assegurarem a paz e a segurança e a programação de capacidades para a prevenção e gestão de conflitos. A democracia, o respeito pelos direitos humanos, são parte desta iniciativa onde o pluralismo político e a existência de um Estado forte e de uma economia estável, procurando a melhor inserção na economia global, podem ser condições para o Desenvolvimento. Entre as iniciativas deste tipo que poderão ser citadas pelo impacto positivo em todos os países do continente e, particularmente, nos países da África Austral, figuram a medida institucional da NEPAD de criação do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (a abordagem do *peer review*), instrumento comumente acordado para o acompanhamento pelos governos membros dos valores políticos, económicos e dos códigos e padrões políticos existentes na Declaração sobre Democracia, Política e Boa Governação. Outras importantes medidas que merecem desta-

que são as iniciativas para o desenvolvimento sustentável, também no quadro da NEPAD, a transformação da SADCC em SADC acompanhada da sua reestruturação e de um Plano Estratégico Indicativo Regional (RISDP) que pode contar com um contexto internacional favorável consubstanciado nas novas oportunidades da Agenda da Organização Mundial do Comércio, o Acordo de Cotonou entre a U.E. e os países ACP e a Lei das Oportunidades para a África (AGOA), entre os Estados Unidos e África.

Os Estados membros da África Austral têm seguramente a responsabilidade de continuar a criar um ambiente macroeconómico favorável à promoção do investimento e ao estabelecimento de mecanismos que valorizem o sector privado e as parcerias com o sector público. Procedendo deste modo, estarão contribuindo para valorizar o potencial estratégico desta importante região do continente africano, consolidar a Segurança Humana na região, de forma a contribuírem para aquilo a que alguns já chamam o «Renascimento Africano».

Centro a última parte da minha intervenção no posicionamento e nos desafios do meu país nesse contexto.

Como país africano que, fruto do esforço consentido nos 32 anos como país independente e com a ajuda da comunidade internacional, se prepara para sair do grupo dos países menos avançados (PMA) e fazer a sua afirmação como país de desenvolvimento médio (PDM), Cabo Verde conta hoje com um largo consenso quanto ao facto de dispor de condições para consolidar os valores e os critérios da boa governação e assume abertamente novos desafios nesse quadro. Estes ligados agora à consolidação da sua abertura em relação à economia global, a necessidade de medidas internas de aperfeiçoamento e reforma do Estado e da Administração Pública, à qualificação da sua democracia e das condições de participação dos cidadãos, à necessidade, considerada vital de continuar a garantir a segurança e a estabilidade necessárias à projecção de novos patamares de desenvolvimento em benefício das populações.

Procurando atingir esses grandes objectivos, Cabo Verde tem atribuído a devida prioridade ao relacionamento com economias dinâmicas e capazes de exercer influências positivas no seu crescimento, que se deseja contínuo e auto-sustentado. Tem também buscado, na base de interesses e benefícios mútuos e numa perspectiva de segurança cooperativa, desenvolver parcerias que lhe garantam as condições para enfrentar os enormes desafios que se lhe apresentam no domínio das novas ameaças em matéria de segurança e defesa, ligadas quase todas ao intenso tráfico de drogas que se desenvolve na zona em que está inserido.

Com referiu o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Dr José Maria Neves, numa intervenção durante a recente visita que efectuou aos EUA, e cito livremente, Cabo Verde continua a cumprir a sua secular vocação de ponte atlântica entre continentes e civilizações. Entre dramas humanos e mundos desenvolvidos “where dreams may come true”. Entre o abrir de caminhos para o comércio internacional que cruza as nossas águas e os obscuros interesses de poderosas organizações que levam a cabo todo o tipo de tráficos – de drogas a seres humanos passando por armas e crimes conexos. É neste contexto, e continuo a citar o Primeiro-Ministro, que somos chamados a ter uma leitura clara dos interesses vitais do país, procurando reflectir o nosso constante objectivo de manter a segurança e a estabilidade interna, a vitalidade da nossa democracia e a sustentabilidade do nosso desenvolvimento. Esta é a preocupação que hoje enforma os paradigmas básicos da nossa política externa e determina a escolha das ancoragens e a natureza das alianças com os nossos parceiros.

O Governo de Cabo Verde tem, assim, assumido a articulação virtuosa do binómio Segurança e Desenvolvimento no plano internacional e no plano interno, e não foi por acaso que atribuiu a devida prioridade à assinatura de convenções internacionais pertinentes, como é o caso dos relacionados com a luta antiterrorista e com a criminalidade transnacional organizada

e mais recentemente com a fiscalização das extensas águas sob jurisdição nacional, de que destacamos aqui o recente Tratado assinado com Portugal e a que se seguirão outros Acordos com outras nações amigas. Também não descuidou a sua entrada para a Organização Mundial do Comércio, nem a preparação das suas instituições para os efeitos advenientes desses importantes compromissos internacionais.

Pela sua História, pela sua Geografia e pela sua Cultura, Cabo Verde assume com naturalidade as suas múltiplas pertenças.

Procura potenciar favoravelmente a sua pertença à CPLP, entidade que lhe permite uma rede de relações com várias áreas geográficas do Mundo, através dos seus parceiros falantes da língua portuguesa.

Como membro da CEDEAO, Cabo Verde tem procurado contribuir para o equacionamento dos problemas que afectam a região oeste-africana. Tem, por exemplo, participado em exercícios de fiscalização marítima com países vizinhos, procurando reduzir as vulnerabilidades desta vasta área atlântica. Nesta matéria, o grande objectivo prosseguido pelo governo é contribuir para que a vasta bacia do Atlântico Médio seja cada vez mais uma região segura e deixe de ser tão atractiva para os tráficos e o crime internacional organizado que, como se sabe, propiciam condições favoráveis à instalação de redes terroristas através da porosidade que conseguem criar. Procuramos igualmente dar uma contribuição válida para a resolução de conflitos, consolidação da paz e das instituições em alguns países aos quais nos unem laços históricos, culturais ou de amizade. Por outras palavras, Cabo Verde pretende contribuir para a construção de uma Bacia de Segurança e Desenvolvimento no Atlântico Médio.

Como arquipélago atlântico, Cabo Verde desenvolve relações igualmente consideradas estratégicas com os seus mais próximos vizinhos europeus, a norte – o arquipélago espanhol das Canárias, bem como os arquipélagos portugueses dos Açores e da Madeira.

O Governo de Cabo Verde tem ainda em conta o quadro de valores inerentes à Liberdade e à Democracia e a construção de uma rede de interesses que passam necessariamente pelos países que acolhem tradicionalmente comunidades caboverdianas espalhadas pelo Mundo. Como não podia deixar de ser, somos sensíveis aos interesses destes nossos parceiros tradicionais, mas procuramos aprender a identificar os nossos próprios interesses e a defendê-los num quadro de parceria e de intercâmbio equitativo.

Este esforço de identificação de interesses conduz-nos necessariamente à identificação de países e regiões de cariz estratégico prioritário e a África Austral tem sido sempre uma constante ao longo da nossa história de país independente.

Cabo Verde foi sempre muito sensível à importância da Segurança e da Paz na África Austral e deu a sua modesta contribuição para os encontros históricos que permitiram o diálogo e a harmonização de posições entre os principais líderes dos conflitos que opuseram irmãos africanos nesta região, particularmente em relação ao início das conversações entre o MPLA e a UNITA, entre o MPLA e a África do Sul do «apartheid» e o apoio a Moçambique para que o Acordo de N'Komati tivesse a melhor aceitação possível, particularmente junto de países africanos.

Para nós, caboverdianos, não é possível dissociar a valorização da posição estratégica do nosso arquipélago situado na parte oriental do Atlântico Médio, da valorização da rota do Cabo – a sul do continente africano – e às indispensáveis condições de Segurança Atlântica, em geral, da subregião africana, a que pertencemos, e ao Golfo da Guiné.

A condição de ponte entre continentes constitui, para nós, um potencial estratégico que desejamos que seja cada vez mais valorizado para a causa da Segurança e da Paz, e colocado à disposição da Cooperação e do Desenvolvimento do continente africano.

Cabo Verde e os caboverdianos, em geral, acreditam que os países europeus e os Estados Unidos partilham uma visão de longo prazo sobre interesses mútuos e comuns na resposta aos desafios da estabilidade em África e acreditam na sua própria capacidade de fazer convergir os seus interesses com os da economia global representada por esses conjuntos. Ao aceitar a realização no seu território do último exercício militar da NATO que teve como objectivo testar a capacidade das suas forças de intervenção rápida – as NRF –, o Governo de Cabo Verde pretendeu demonstrar a sua convicção acerca dos laços que deseja continuar a tecer com estas entidades, enquanto parceiros indispensáveis no combate ao terrorismo, ao narcotráfico, à criminalidade organizada, à reforma e modernização das suas Forças Armadas e à promoção de uma verdadeira cultura de prevenção de conflitos.

Como afirmam os organizadores desta IV Conferência Internacional «A paz, a estabilidade, a segurança e o desenvolvimento em África são factores estruturantes que definem novas prioridades para a segurança europeia e ocidental».

Cabo Verde e o seu Governo também se assumem como parte desta estratégia para a elaboração e aperfeiçoamento de uma arquitectura de Segurança e Desenvolvimento para África e pretendem continuar a ser úteis para as acções coordenadas visando a materialização dos objectivos inscritos nos textos constitutivos da União Africana como sejam a construção de uma Paz duradoura, de um desenvolvimento sustentável e de Estados democráticos e de Direito.

O nosso «Bem-haja» à Fundação Luso-Americana e ao Instituto Português de Relações Internacionais, organizadores desta IV Conferência Internacional e a todos os ilustres conferencistas e participantes que contribuíram para a sua elevada qualidade.